

Conselho Local de Acção Social de Pinhel



Programa

Plano de Desenvolvimento
Social 2010-2012

Trabalho elaborado por:

Comissão Executiva do Conselho Local de Acção Social de Pinhel

Com a colaboração de:

Júlio Manuel Lucas Coelho, no âmbito do programa de estágios
profissionais PEPAL

Índice

	Pág.
- Listagem de Siglas	2
- Introdução	3
- Quadro com alguns indicadores económicos e sociais do concelho	4
- Plano de Desenvolvimento Social	6
- Metodologia	7
-Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento	8
- Definição dos eixos prioritários de intervenção	19
- Eixo 1 – Isolamento e exclusão social	20
- Eixo 2 – Habitação	22
- Eixo 3 – Apoio á 3ª Idade	24
- Eixo 4 – Educação e Formação	26
- Eixo 5 – Emprego, Empreendedorismo e Inovação	27
- Eixo 6 – Promoção do Concelho	29
- Considerações Finais	31
- Bibliografia	32

Listagem de Siglas

- **CLAS** – Conselho Local de Acção Social
- **CMP** – Câmara Municipal de Pinhel
- **CPCJ** – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- **EM** – Empresa Municipal
- **ENDS** – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- **GNR** – Guarda Nacional Republicana
- **IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- **I&D** – Investigação e Desenvolvimento
- **I&DT** – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
- **PDM** – Plano Director Municipal
- **PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- **PNAI** – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
- **PNPOT** – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- **PNS** – Plano Nacional de Saúde
- **QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional
- **RSI** – Rendimento Social de Inserção
- **TIC** – Tecnologias de Informação e Comunicação

1 – Introdução

O programa Rede Social, revelou-se uma das medidas políticas mais inovadoras e empreendedoras no panorama nacional nos últimos anos.

O combate à pobreza e à exclusão social são os principais objectivos desta medida, assente num planeamento estratégico de base territorial, que implica a participação dos representantes de várias instituições locais, contribuindo para tornar mais efectiva a complementaridade de diversas medidas políticas e, a integração de acções e projectos dos diferentes parceiros locais numa acção concertada e coerente de desenvolvimento local.

Contudo, é necessário que este planeamento seja contínuo, dinâmico e cíclico, de forma a existir uma adaptação cada vez mais eficaz á realidade sobre a qual se pretende intervir.

Neste sentido, o documento agora apresentado pretende dar seguimento ao Plano de Desenvolvimento Social elaborado para o triénio 2005-2008, contendo propostas que permitam continuar a combater a pobreza e a exclusão social.

Quadro com alguns indicadores económicos e sociais do concelho

Indicadores Económicos e Sociais	Concelho	Zona Centro	Portugal	Unidade	Período
Área Total	484,5	28200,1	92094,4	Km ²	2008
Nº de Freguesias	27	-----	-----	Nº	
Densidade populacional	20,3	84,5	115,4	Hab/km ²	2008
População Residente	9840	2383284	10627250	Nº	2008
Segundo o grupo etário					
0 -14 anos	9,4	13,9	15,4	%	2008
15 - 64 anos	58,4	65,6	68	%	2008
65 ou + anos	32,2	20,5	17,6	%	2008
Taxa de natalidade	5,6	8,5	9,8	%	2008
Taxa de mortalidade	15,7	11,4	9,8	%	2008
Índice de Envelhecimento	275,3	147,2	115,5	%	2008
Desempregados inscritos no centro de emprego H/M	350	-----	-----	Nº	2008
Desempregados inscritos no centro de emprego H	54	-----	-----	Nº	2008
Desempregados inscritos no centro de emprego M	296	-----	-----	Nº	2008
Beneficiários do RSI H/M	414	-----	-----	-----	2010
Beneficiários RSI H	204	-----	-----	-----	2010
Beneficiários RSI M	210	-----	-----	-----	2010
Segundo o grupo etário					
0-18 anos	159	-----	-----	Nº	2010

19-64 anos	250	-----	-----	Nº	2010
65 ou mais	5	-----	-----	Nº	2010
Equipamentos escolares/educação					
Creche	2	-----	-----	Nº	2010
Jardins-de-infância	12	-----	-----	Nº	2010
ATL	2	-----	-----	Nº	2010
E.B 1ºCiclo	8	-----	-----	Nº	2010
E.B. 2ºCiclo	1	-----	-----	Nº	2010
Escola Secundária c/3º ciclo	1	-----	-----	Nº	2010
Ensino recorrente	1	-----	-----	Nº	2010
Equipamentos Sociais de apoio á 3ªIdade					
Centro de Dia	13	-----	-----	Nº	2010
Centro de Convívio	2	-----	-----	Nº	2010
Serviço de Apoio Domiciliário	15	-----	-----	Nº	2010
Serviço de Apoio Domiciliário Integrado	1	-----	-----	Nº	2010
Lar de Idosos	5*	-----	-----	Nº	2010
* Está já aprovada a construção de um lar na freguesia do Lamegal					

2 – Plano de Desenvolvimento Social

O PDS do Município de Pinhel, resulta da actualização dos dados do diagnóstico social, no qual estão identificados os problemas e as necessidades do concelho, tendo sido elaborado pelo Núcleo Executivo com o apoio dos restantes elementos do CLAS. Assim, a elaboração deste documento tem por base um esforço de articulação entre vários sectores e vários parceiros o que vai permitir:

- Integrar no território as medidas e políticas definidas pela Administração Local, Regional e Nacional, de forma intersectorial e ainda, ao nível da União Europeia favorecendo a sua adaptação aos contextos locais, potenciando as respectivas complementaridades e detectando as suas fragilidades;
- A racionalização e a adequação dos recursos e das iniciativas através da articulação dos serviços;
- Rentabilizar os saberes e o conhecimento do terreno, dos técnicos e das Organizações locais na identificação dos problemas e soluções e, na definição de estratégias mais adequadas para a sua resolução;
- Encontrar soluções inovadoras e empreendedoras, que a flexibilidade das estruturas mais pequenas e em contacto com as populações, possibilitam.

3 – Metodologia

Este PDS, surge com base numa metodologia participativa que permitiu um levantamento mais fidedigno e real dos problemas e necessidades locais e, uma maior mobilização dos parceiros para a discussão e posterior planeamento de um documento, ao serviço da acção, com propostas que se pretendem exequíveis e funcionais tendo, o desenvolvimento social, como objectivo a atingir.

Assim, ao longo de vários meses, foram realizadas entrevistas com os representantes das 27 juntas de freguesia, o que permitiu o levantamento da realidade multidimensional dos problemas sociais do concelho que, juntamente com uma análise bibliográfica intensiva (anuário estatístico do INE; PDM de Pinhel; Carta Educativa do Município de Pinhel; Diagnóstico Social; Agenda 21 Local; bem como diversos planos de desenvolvimento de matriz europeia, nacional e regional/local), tornou possível a elaboração de eixos prioritários de intervenção que, posteriormente, foram tratados em sessões de trabalho com os outros elementos do CLAS numa acção conjunta que permitiu a definição de objectivos gerais e específicos, bem como as respectivas estratégias de acção para cada um dos eixos identificados.

Neste seguimento, o documento apresentado em seguida vai estruturar-se em duas partes:

- Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento;
- Definição dos eixos prioritários de intervenção e respectivos objectivos e estratégias.

4 – Enquadramento do PDS com Estratégias e Planos Europeus, Nacionais e Regionais/Locais de Desenvolvimento

O programa Rede Social, apesar de ter a sua génese numa linha de desenvolvimento territorial concertado, baseada numa intervenção social participada, não pode, nunca, ser dissociado de lógicas de acção mais globalizadas como, planos e medidas interventivas com base em políticas definidas a nível supra concelhio e supra nacional.

Deste modo e, ainda que possamos estar perante um período transitório no que diz respeito a algumas estratégias e, alguns programas e planos de desenvolvimento, faz todo o sentido enquadrar este documento e as suas prioridades de intervenção, numa lógica de planeamento macro social (Estratégia Europa 2020; ENDS; QREN; PNAI; PNPO; PNS), bem como numa lógica mais micro social (Mais Centro; PDM Pinhel; Carta Educativa de Pinhel, Agenda 21 Local).

4.1 – Nível Europeu:

Europa 2020:

Após o fim da Estratégia de Lisboa, ficou definida, em Conselho Europeu, uma nova estratégia para o emprego e para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que reforça a coordenação de reformas estruturais entre os Estados – membros, baseadas na governação económica e na sustentabilidade financeira, denominada Europa 2020.

Se em 2000 a Estratégia de Lisboa ganhava pontos com as suas prioridades centradas na “construção da sociedade do conhecimento (em que as qualificações, a ciência e a tecnologia e a inovação são factores-chave de progresso)”, em 2010 os princípios base da estratégia Europa 2020 centram-se no:

- **“Crescimento inteligente:** desenvolver uma economia baseada no crescimento e na inovação;”

- “**Crescimento sustentável:** promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva.”

- “**Crescimento inclusivo:** fomentar uma economia com níveis de emprego que assegura a coesão social e territorial.”

Assim, e uma vez que a sociedade do conhecimento está em construção, mas é urgente associar, de uma forma mais forte, a visão de sustentabilidade com um novo padrão energético suportado em fontes renováveis, um maior respeito pelo equilíbrio com a natureza e uma maior protecção do ambiente, e a visão de inclusão, tendo em conta os problemas do desemprego na Europa e os desafios inerentes ao envelhecimento da população e de uma maior justiça social.

Desta forma, esta estratégia tem por base os seguintes indicadores e metas concretas:

- “75% da população de idade compreendida entre os 20 e 64 anos deve estar empregada.”

- “3% do PIB deve ser investido em despesas com actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D).”

- “Os objectivos em matéria de clima/energia «20/20/20» devem ser cumpridos (incluindo uma subida para 30% do objectivo para a redução de emissões, se as condições o permitirem).”

- “A taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior.”

- “20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza.”

4.1.2 – Nível Nacional:

Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável:

“Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e, de responsabilidade social.”

Esta é a génese mobilizadora da Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável (ENDS) que tem como base três grandes “pilares” de desenvolvimento, a protecção e valorização ambiental, a coesão social e, o desenvolvimento económico.

Para dar uma resposta válida estruturada e funcional a estes três “pilares”, esta estratégia pressupõe sete objectivos de acção:

1 – “Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento. Este objectivo procura acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação e, melhorar as qualificações e criar competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento. Aposta-se, assim, no desenvolvimento do capital humano nacional, que integra a generalização da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade dos ensinos básico, secundário e superior, a aprendizagem ao longo da vida, a criação de novas oportunidades e o reforço da investigação e desenvolvimento de base científica e tecnológica, e ainda o incentivo ao desenvolvimento cultural e artístico.”

2 – “Crescimento Sustentado, Competitividade á escala Global e Eficiência Energética. Com este objectivo, pretende-se um crescimento mais rápido da economia potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.”

3 – “Melhor Ambiente e Valorização do Património, que visa assegurar um modelo

de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.”

4 – “Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social, que procura garantir a satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social. Procura-se, também, fazer face a novos riscos de exclusão resultantes da difusão das novas TIC, que deve ser acompanhada por medidas activas de combate á infoexclusão.”

5 – “Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território, mobilizando os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infra-estruturas de acesso eficaz ás redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-se, também o valorizar do papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.”

6 – “Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional, que reafirma o compromisso de Portugal com o projecto europeu e compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global. Esta cooperação visa contribuir de forma empenhada para o desenvolvimento económico e social global, para a consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, para a luta contra a pobreza e, em geral, para a concretização dos objectivos de desenvolvimento do Milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro á escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.”

7 – “Uma Administração Pública mais eficiente e modernizada, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, para uma sociedade mais justa e com uma melhor regulação, bem sustentada num sistema de justiça mais eficaz. Legislar melhor, simplificar os procedimentos administrativos, valorizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), adoptar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.”

Quadro de Referência Estratégica Nacional:

O QREN, vigora no período compreendido entre 2007 e 2013 e, tem como principal objectivo, o financiamento estrutural a políticas de desenvolvimento económico, social e territorial com vista ao desenvolvimento sustentado do país.

O QREN 2007-2013 tem como base as seguintes prioridades estratégicas:

- Promover a qualificação dos portugueses;
- Promover o crescimento sustentado;
- Garantir a coesão social;
- Assegurar a qualificação do território e das cidades;
- Aumentar a eficiência da governação.

Estas prioridades estratégicas, serão sistematizadas através da concretização de três agendas temáticas:

A agenda Potencial Humano, que “assume como objectivo principal, superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, centrando a aposta em estratégia de educação e formação dirigidas a jovens e adultos;”

A agenda Factores de Competitividade, que “inclui essencialmente, os incentivos á modernização e internacionalização empresariais e á promoção da atractividade de investimento directo estrangeiro qualificante, bem como os estímulos á inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico na área da I&DT, inovação e empreendedorismo;”

A agenda Valorização do Território, que “integra um leque de intervenções dirigidas

á mobilidade e acessibilidade, á protecção e valorização do ambiente, á política de cidades e á consolidação de redes, infra-estruturas e equipamentos relevantes para a articulação, valorização das actividades económicas e coesão do território.”

Plano Nacional de Acção para a Inclusão:

O PNAI é outro dos planos com os quais é essencial articular o PDS de Pinhel.

As clivagens sociais existentes nos dias de hoje são multidimensionais e multifacetadas, interligando vários sectores da esfera social, dificultando a erradicação das mesmas.

Deste modo, com vista ao combate a muitas destas clivagens e á posterior inclusão social dos grupos mais desestruturados, este plano assenta em três principais prioridades políticas:

1 - “ Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;”

2 - “ Corrigir as desvantagens nos níveis de qualificação, como meio de prevenir a exclusão e interromper os ciclos de pobreza;”

3 – “ Ultrapassar as discriminações, através da integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.”

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território:

Com vista a um equilíbrio sustentável, competitivo, funcional e coeso dos territórios, o PNPOT apresenta um conjunto de seis objectivos estratégicos. Assim, para seguir a linha de rumo traçada por este plano, é essencial:

1- “ Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e, monitorizar, prevenir e minimizar os riscos”;

2- “ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos

espaços, ibérico, europeu, atlântico e global”;

- 3- “ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte á integração e coesão territoriais”;
- 4- “ Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social”;
- 5- “ Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública”;
- 6- “ Reforçar a qualidade e eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições”.

Plano Nacional de Saúde:

O direito aos cuidados de saúde é um aspecto essencial na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, valores como a equidade, a universalidade, a qualidade e a solidariedade, são pilares fundamentais, sobre os quais foi edificado o Sistema de Nacional de Saúde.

Apesar de estar ainda em fase de construção, o Plano Nacional de Saúde 2011-2016, vai dar continuidade aos objectivos estratégicos do PNS 2004 – 2010, acrescentando uns, e reformulando outros, com vista á melhoria da qualidade de vida das populações.

Desta forma, os objectivos do processo de construção do PNS 2011 – 2016 centram-se na:

- 1 - “Obtenção de um documento (Plano Nacional de Saúde 2011-16) que contribua com orientações estratégicas claras, dirigidas à maximização da obtenção de ganhos em saúde, de forma sustentável, contínua, monitorizável e avaliável;”
- 2 - “No desenvolvimento de um elevado consenso e concertação de todos os intervenientes e actores envolvidos na criação de ganhos de saúde, ou influentes no estado de saúde dos Portugueses, incluindo sectores que não tenham como objectivo primário os ganhos em saúde;”

- 3 - “Na elaboração e discussão de estudos, pareceres e instrumentos que permitam uma compreensão integrada e abrangente do estado de saúde dos portugueses e do seu sistema de saúde, bem como a fundamentação técnico-científica das estratégias preconizadas;”
- 4 - “No delineamento de estratégias de saúde portuguesas que incorporem as melhores opções e recomendações nacionais e internacionais em política de saúde, resultado de uma avaliação de impacto, de um maior envolvimento de peritos nas decisões estratégicas, e do reconhecimento das boas práticas em política de saúde portuguesas a nível internacional;”
- 5 - “Na criação de processos mais claros e eficientes de articulação entre as decisões estratégicas, a atribuição e gestão de recursos, a implementação de acções e a sua avaliação de impacto na saúde;”
- 6 - “Na elaboração de um instrumento de envolvimento dos profissionais de saúde na melhoria contínua da qualidade e do seu desempenho, dos cidadãos na auto-promoção da saúde e de centralização do sistema de saúde no cidadão.”

4.1.3 – Nível Regional/Local

Mais Centro:

Este programa é um instrumento do QREN que, tem um raio de intervenção centrado exclusivamente na região centro.

É um programa operacional inovador que procura, através do desenvolvimento e aposta no conhecimento, inovação e competitividade, promover e assegurar o crescimento e o emprego, bem como o desenvolvimento sustentável do território, definindo para isso, seis eixos prioritários de intervenção:

- 1 –“ Competitividade, inovação e conhecimento, no qual se pretende a promoção do empreendedorismo, da inovação e da competitividade em pequenas e médias empresas; o desenvolvimento da sociedade do conhecimento; a dinamização dos

sistemas científicos e tecnológicos; a promoção do ordenamento e qualificação de espaços de localização empresarial e de transferência de tecnologia e, a promoção de energias renováveis”.

2 – “Desenvolvimento das cidades e sistemas urbanos, que compreende três áreas de intervenção: a criação de parcerias para a regeneração urbana, o aproveitamento das redes urbanas que potenciem a competitividade e inovação e, o apoio a lógicas de mobilidade urbana”.

3 – “Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais, através do investimento em infra-estruturas, equipamentos e serviços colectivos de proximidade sendo necessário que estes sejam realizados de forma integrada com base numa lógica de concertação intermunicipal, procurando assegurar o acesso a direitos chave da cidadania (Educação, Saúde,...)”.

Outra das medidas deste eixo é a “valorização dos recursos endógenos (culturais, naturais, arquitectónicos, paisagísticos, gastronómicos,...)”.

4 – “Protecção e valorização ambiental”.

5 – “Governança e capacitação institucional, no qual se pretende, facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração pública; promover a região através de boas práticas institucionais e, monitorizar a evolução da sua situação socioeconómica”.

6 – “Assistência técnica, ao nível da gestão, avaliação, controlo e auditoria e, publicidade dos programas operacionais”.

Plano Director Municipal de Pinhel:

O PDM de Pinhel é outro documento com o qual se torna essencial fazer uma articulação deste PDS. Visto que, ainda se encontra em fase de revisão e posterior actualização, ainda não estão definidas para os anos vindouros as medidas estratégicas quer a nível social, cultural, económico, (etc.).

Carta Educativa:

A educação é um dos elementos fundamentais do sistema social pois, tem a capacidade de perpetuar o funcionamento, desenvolvimento, coesão e conservação deste. Assim, para potenciar o sucesso educativo e o posterior desenvolvimento social sustentado, é essencial que exista um “instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.” (art.º 10, Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro)

Este documento é a carta educativa do Município de Pinhel que tem como principais objectivos:

- “Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré – escolar e de ensino básico e secundário, de forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam á procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.”

- “ A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.”

- “ A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista á criação nestas, das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.”

- “ A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.”

- “ A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.”

Agenda 21 Local

A Agenda 21 Local, é uma ferramenta da ENDS, com o propósito claro de atingir um desenvolvimento sustentável dos territórios, assente em quatro pilares essenciais, o social, o económico, o ambiental e, o do conhecimento e inovação.

É com base numa lógica de parceria entre os actores sociais de vários sectores da comunidade local que se vai trabalhar, com a finalidade de se elaborar um quadro de objectivos operacionais que retratem a realidade do município.

Assim, a Agenda 21 Local do município de Pinhel, traçou os seguintes objectivos operacionais:

- Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município;
- Fomentar a competitividade das Actividades Económicas Locais;
- Assumir a identidade local como factor crítico do sucesso;
- Valorizar o património natural e construído.

5 - Definição dos eixos prioritários de intervenção e respectivos objectivos e estratégias

Após a análise dos levantamentos realizados (trabalho de campo juntamente com a revisão bibliográfica), foram identificados e hierarquizados diversos problemas, que vão ser estruturados em eixos prioritários de intervenção, de forma a conseguir-se uma actuação mais estratégica e objectiva sobre a realidade.

Neste sentido, é essencial planear e articular projectos (PDS), para se agir (Planos de acção) sobre as problemáticas em questão.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Social de Pinhel tem como eixos prioritários de intervenção:

- Isolamento e Exclusão Social
- Habitação
- Apoio á terceira idade
- Educação e formação
- Emprego, Empreendedorismo e Inovação
- Promoção do Concelho

5.1 – Isolamento e exclusão social:

Objectivo Geral:

Dar continuidade a uma intervenção multidimensional e multidisciplinar, junto da população mais desfavorecida, permitindo a esta um acesso mais facilitado a actividades e serviços, enquadrados nos seus interesses e necessidades, promovendo a sua inclusão social.

Objectivos específicos:

- Melhorar as condições de vida da população mais carenciada/excluída e/ou isolada;
- Continuar a apostar na qualidade da informação prestada aos indivíduos/famílias;
- Promover o bem – estar, a protecção e segurança e, o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens em situações de risco;
- Dar continuidade aos mecanismos de apoio e de prevenção primária nas áreas do alcoolismo e toxicodependência;
- Dinamizar a plataforma de apoio á família;
- Consolidação do projecto de uma unidade de Cuidados Continuados;
- Criação de um CAO (Centro de actividades Ocupacionais)

Estratégias:

- Atendimento e acompanhamento psico-social, através de intervenções integradas, de famílias carenciadas e/ou desestruturadas, baseado na articulação com outros serviços;
- Atendimento e encaminhamento de indivíduos/famílias com problemas de dependências (alcoolismo, toxicodependência, tabagismo,...);

- Apoio á construção de projectos e trajetórias de vida;
- Atendimento, apoio e acompanhamento psicológico a crianças e jovens em situações de risco;
- Dar continuidade ao trabalho desenvolvido em parceria com as escolas e agregados familiares de modo a diminuir e prevenir situações de absentismo, abandono e insucesso escolar;
- Formação de competências sociais e relações parentais;
- Criar competências e hábitos básicos de saúde e higiene.

Recursos/ Parceiros

- Câmara Municipal de Pinhel
- Segurança Social
- Santa Casa Da Misericórdia
- Juntas de Freguesia
- Agrupamento de Escolas
- IPSS`s
- IEFP
- Centro de Saúde
- CPCJ
- NARP
- GNR

5.2 – Habitação

Objectivo Geral:

Melhorar as condições de vida das famílias mais carenciadas promovendo a sua segurança, salubridade e bem – estar habitacional bem como, facilitar o acesso físico a espaços públicos e privados.

Objectivos Específicos:

- Dar apoio habitacional á população mais carenciada;
- Acompanhamento técnico a famílias realojadas e/ou contempladas por programas de apoio habitacional;
- Sensibilizar os agregados familiares para a importância da preservação da habitação;
- Intensificar a eliminação progressiva das barreiras arquitectónicas existentes.

Estratégias:

- Reabilitação de habitações degradadas em articulação com programas do domínio habitacional e outros;
- Atendimento e apoio á população com problemas habitacionais;
- Acompanhamento técnico multidisciplinar ás famílias realojadas;
- Realização de acções de sensibilização com os beneficiários de intervenções, para a necessidade de preservar e conservar o espaço, mantendo-o em condições e salubridade e higiene aceitáveis;
- Elaboração de um diagnóstico de barreiras físicas e arquitectónicas existentes em espaços colectivos;

- Eliminação de barreiras sinalizadas no diagnóstico;
- Sensibilizar os agentes económicos, IPSS's e particulares, para a necessidade da eliminação das barreiras físicas e arquitectónicas com vista a uma maior e melhor mobilidade urbana:

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel
- Segurança Social
- Juntas de Freguesia
- IPSS's do concelho
- Programas do domínio habitacional

5.3 – Apoio á Terceira Idade

Objectivo geral:

- Ampliar e melhorar a rede de equipamentos sociais de apoio ao idoso, bem como a qualificação dos recursos humanos, permitindo assim, uma melhoria da qualidade de vida da população idosa.

Objectivos Específicos:

- Alargar a rede de equipamentos sociais do concelho com vista á obtenção de uma cobertura mais equilibrada de apoio social;
- Requalificar e aumentar as respostas sociais de alguns equipamentos e serviços de apoio;
- Redimensionar, qualificar e dinamizar alguns programas/projectos sociais;
- Potenciar o associativismo e outras lógicas de parceria, de modo a melhorar a oferta e qualidade dos apoios sociais em locais com menos dinamismo;
- Dinamização das instituições;
- Qualificar/formar recursos humanos, que prestem cuidados nas IPSS's;
- Criar uma bolsa de voluntariado.

Estratégias:

- Realização de diversas actividades lúdicas e recreativas direccionadas especialmente para a terceira idade;
- Dar continuidade ao trabalho efectuado pelos técnicos da CMP ás várias instituições do concelho;

- Qualificar e dinamizar as actividades de animação nas e, com, as IPSS's do concelho;
- Realização de acções periódicas de formação/informação com os idosos, familiares, funcionários e dirigentes de instituições, centradas em temáticas como: diabetes, higiene pessoal, tensão arterial, alimentação e nutrição,...);
- Prestar apoio técnico e financeiro, com o intuito de dinamizar as instituições/associações em início de actividade;
- Promover acções de sensibilização junto da população, para a importância crescente do voluntariado.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel
- Segurança Social
- IPSS's
- Centro de Saúde
- Associações do Concelho
- Empresa Municipal

5.4 – Educação e formação

Objectivo Geral:

- Continuar a promover as competências socioeducativas da população em geral, com o objectivo de aumentar a taxa de alfabetização do concelho de Pinhel e, o número de indivíduos com formação profissional e/ou superior.

Objectivos Específicos:

- Sensibilização para a importância da escolarização;
- Aumento dos níveis de qualificação/formação da população, potenciadores de uma maior empregabilidade;
- Diminuir o número de indivíduos sem escolaridade;
- Aumentar o número de indivíduos com formação profissional;
- Fixação dos indivíduos no concelho;

Estratégias:

- Realizar acções de sensibilização para a importância da educação e da formação;
- Dar continuidade ao funcionamento dos núcleos dos 1º e 2º Ciclos do Ensino recorrente;

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Juntas de Freguesia;
- Agrupamento de escolas;
- Núcleo do Ensino Recorrente e Educação Extra-escolar;
- IEFP;
- Programas no domínio do desenvolvimento do potencial humano.

5.5 – Emprego, empreendedorismo e inovação**Objectivo geral:**

- Minimizar as clivagens e os riscos sociais, resultantes da falta de emprego e, promover e apoiar lógicas empreendedoras e inovadoras que perpetuem um desenvolvimento territorial sustentado.

Objectivos Específicos:

- Apoio financeiro e psico-social a famílias/indivíduos em situação de desemprego;
- Apoio á contratação de activos desempregados;
- Apoio ao investimento de micro e pequenas empresas no concelho de Pinhel;
- Apoio à promoção de actividades empreendedoras e inovadoras;
- Diminuir as assimetrias no acesso á informação;
- Reforçar a competitividade empresarial

- Sensibilização para a importância da formação;
- Adequar as ofertas formativas á realidade concelhia;
- Potenciar os recursos endógenos com vista á valorização e promoção do território

Estratégias:

- Garantir o acesso a apoios financeiros e a acompanhamento psico-social a indivíduos/famílias em situação de desemprego;
- Disponibilizar incentivos técnicos, logísticos e financeiros á implementação de micro e pequenas empresas no concelho;
- Garantir uma equidade no acesso á informação referente a programas e políticas de emprego;
- Valorizar e potenciar os recursos existentes tais como, o artesanato, a gastronomia, o património arquitectónico, arqueológico e, paisagístico e ambiental, entre outros;
- Adaptar as acções de formação á realidade do mercado de trabalho;
- Apostar na formação contínua dos activos empregados, com vista a uma maior qualificação destes;
- Disponibilizar condições para o investimento e criação de novas empresas ou lógicas empresariais inovadoras e empreendedoras.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel
- Empresa Municipal
- Segurança Social
- IEFP
- Gabinete de Inserção Profissional Castelos do Côa
- Empresas
- Raia Histórica

- Entidades formadoras
- Planos e políticas no âmbito do emprego, inovação e empreendedorismo

5.6 – Promoção do Concelho

Objectivo Geral:

- Promover o concelho de Pinhel, divulgando todos os serviços, tradições, saberes e sabores, com vista ao desenvolvimento local.

Objectivos Específicos:

- Dar continuidade á valorização, promoção e divulgação dos recursos endógenos, criando sinergias capazes de atrair pólos de investimento diversificados;
- Promover actividades económicas associadas á cultura ao turismo e ao lazer;
- Dinamizar os recursos físicos existentes;
- Potenciar e consolidar a “marca” Pinhel, não só nos palcos locais, mas também nacionais e internacionais;
- Promover boas práticas ambientais.

Estratégias:

- Criação de um Plano estratégico e operacional de Marketing para a promoção concelhia;
- Criar e dinamizar o “núcleo de artesãos” do concelho;
- Continuar a aposta na organização de eventos culturais, desportivos e económicos

(Feira das Tradições e Actividades Económicas, Mercado da Agricultura Familiar, Festival da Canção, Concurso de Fotografia, Campeonatos Desportivos, entre outros);

- Marcar presença em feiras e “mostras” de produtos regionais, no território nacional e internacional;
- Dinamizar as zonas históricas da sede do concelho e respectivas freguesias;
- Dinamizar os circuitos turísticos existentes, que mostram a riqueza arquitectónica, arqueológica, e paisagística do concelho e, criar e identificar novos roteiros;
- Promover a limpeza e segurança dos espaços verdes com o objectivo de uma maior e melhor qualidade ambiental.

Recursos/Parceiros:

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Juntas de Freguesia
- IPSS's do concelho
- Empresa Municipal
- Empresas do Concelho
- Raia Histórica

6 - Considerações finais

Este plano, não se quer um documento estanque, mas antes, um documento ao serviço da acção, que poderá sofrer alterações sempre que ocorram mudanças no tecido social.

Para isso, é essencial existir uma monitorização constante dos dados do diagnóstico, bem como, um processo de avaliação contínuo (ex-ante; on-going; ex-post) a realizar pelas equipas técnicas do núcleo executivo e pelo restante CLAS de Pinhel.

Deste modo, é importante sublinhar a responsabilidade de todos os parceiros nestes processos de monitorização, avaliação e actualização, que vão permitir uma estratégia mais eficaz e concertada, de actuação sobre realidades sociais mutáveis e multidimensionais, com o objectivo claro de tentar “homogeneizar as heterogeneidades” no combate á pobreza e exclusão social.

7 – Bibliografia

- **AMARO, Roque.** (1993) “*As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local*”, in A Rede para o Desenvolvimento Local, n.º 8 (pp. 16-22). Faro: IN LOCO.

- **Conselho Local de Acção Social de Pinhel.** 2004. “*Diagnóstico Social do Concelho de Pinhel*”, Programa Rede Social

- **Conselho Local de Acção Social de Pinhel.** 2005. “*Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Pinhel*”, Programa Rede Social

- **MONTEIRO, Alcides A. e RIBEIRO, Fernando Bessa** (orgs.) (2009), “*Redes Sociais: Experiências, Políticas e Perspectivas*”, Ribeirão: Edições Húmus.

- **MONTEIRO, Alcides A.** (2004), “*As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações*” in *Cidades: Comunidades e Territórios*, nº8, Junho; pp. 53-64.

Páginas world wide web (www):

- <http://www.pnai.pt/>
- <http://www.qren.pt/>
- <http://www.dgotdu.pt/PNPOT/>
- <http://www.acs.min-saude.pt/pns2011-2016/pns-2011-2016/visao-objectivos/>
- <http://www.maiscentro.qren.pt/>
- http://www.planotecnologico.pt/document/ENDS-PIENDS_2015.pdf
- www.seg-social.pt
- <http://www.ine.pt/>
- <http://ec.europa.eu/portugal/>

Outros documentos consultados:

- Agenda 21 Local Município de Pinhel



Município de
PINHEL



Plano de Desenvolvimento Social

- Carta Educativa do Concelho de Pinhel
- PDM Pinhel
- Programa Rede Social